

GABRIEL, Karl, *Christentum zwischen Tradition und Postmoderne*. Friburgo na Brisgóvia, Herder, 1992. 222 pp., 21,5 x 14 cm. *Quaestiones Disputatae*; 141. ISBN 3-451-02141-2.

Livro extremamente interessante e sugestivo. Apesar de tratar diretamente da situação do cristianismo, sobretudo na forma católica, na Alemanha atual, apoiado sobre material empírico de pesquisas, levanta problemas cujo alcance supera de longe os limites geográficos teutônicos.

O autor possui formação sociológica e teológica. Exerce a função de professor num Instituto Técnico Católico Superior da Alemanha do Norte, em Vechta/Osnabrück, além de dedicar-se a pesquisas de caráter empírico no campo religioso. Autor de várias obras de cunho sociológico. Este livro, de caráter propriamente sociológico, beneficia-se da competência teológica do A., que lhe permite maior profundidade e inteligência da problemática religiosa.

Parte da constatação de dois fatos: perda do poder normativo e institucional da Igreja na sociedade alemã nas últimas décadas e surto religioso à custa das instituições.

Defronta-se teoricamente com a interpretação mais comum de atribuir a causa ao fenômeno de secularização, provocado pela modernização da sociedade. Julga-a insuficiente. Pois ela não explica porque tal fato acontece somente nos anos 70, enquanto

o fenômeno de modernização já vem há mais de século, nem dá conta do surto religioso num momento de radicalização da modernidade.

Pretende abordar com seriedade a relação entre modernidade e religião. Considera a teoria americana sobre a modernização, dos anos 50/60, inadequada por causa de seus componentes ideológicos e de seu fracasso prático. A modernização não se desenvolve como processo de secularização linear e constringente.

Trabalha com outro conceito/padrão de modernização que aliás, como processo, está longe de ter terminado. A modernização processa-se como um amálgama de elementos tradicionais e novos em três níveis diferentemente, mas entre si relacionados.

Modernização no *nível das estruturas sociais* acontece na diferenciação progressiva e racionalização das estruturas funcionais do sistema no campo do poder, religião, economia e ciência. No *nível da cultura*, assiste-se ao pluralismo cultural e à reflexividade dos conteúdos tradicionais culturais, rompendo-se assim o modelo cultural tradicional, relativamente unitário, e dando lugar à pluralidade de perspectivas cultu-

ralmente interpretadas. Facilita-se então ao indivíduo o acesso e a escolha diante dessa pluralidade de sistemas de significados. No *nível das relações sociais*, a modernização manifesta-se como forma do processo de individualização, estruturalmente provocado e culturalmente apoiado. Os indivíduos se libertam de ligações de origem, de estamentos sociais, de religião e experimentam-se como centros de ação auto-responsáveis. Substituem-se as regras tradicionais de inserção na sociedade por um jogo conjunto de mecanismos formalizados: direito, dinheiro, organização. O campo de ação se amplia.

Tal modelo de "amalgama" permite entender a modernização como cruzamento de estruturas modelares pré-modernas, tradicionais, modernas e perceber as desigualdades do processo de modernização nos diferentes níveis estrutural, cultural e individual e, por fim, a imbricação e mistura destes diferentes elementos no mesmo indivíduo. Supera-se assim o simplismo das teorias americanas da década de 50.

Nesse contexto, o A. entende o termo "pós-moderno", não como o fim do moderno no sentido da superação do modelo fundamental estrutural e cultural da modernidade, mas como o processo de modernização, que aponta para além de si e assume novas qualidades. Neste sentido, na pós-modernidade o processo de modernização se faz "reflexivo", torna-se objeto de sua própria reflexão — nos problemas-conseqüências, nas suas unilateralidades, limitações, riscos, malefícios fundamentais da vida humana — e ultrapassa os limites de sua lógica até então vigente. Pós-moderno é o moderno reflexivo que faz uma cesura em relação ao moderno industrial-social, simplesmente impregnado pelo mito do progresso. O pós-moderno faz-se compatí-

vel, porém, com o desenvolvimento e a radicalização do processo de modernização.

Nesse novo modelo do processo de modernização em ruptura para o pós-moderno há espaço para entender a revitalização religiosa, os fenômenos cristão-proféticos e a contribuição da tradição cristã.

O A. trabalha com o cristianismo em três manifestações sociológicas: versão institucional eclesial, formas de modelos culturais de expressão não eclesialmente institucionais e formas religiosas no nível do significado pessoal e condução de vida. Esses níveis têm certa autonomia, ainda que se imbriquem profundamente. Pois o cristianismo vai além da instituição eclesial. Atinge formas sócio-culturais e estilos de religiosidade pessoal.

O A. desenvolve o trabalho em três partes:

1ª parte: como a geração do pós-guerra rompeu com a religião institucional cristã, católica e evangélica;

2ª parte: o estudo da função do cristianismo institucional na formação da sociedade burguesa-moderna industrial e sua imbricação com a mesma;

3ª parte: processo de dissolução do catolicismo, como forma social, fazendo parte do colapso da sociedade burguesa-moderna industrial ao passar para uma sociedade moderna desenvolvida com elementos pós-modernos.

Conclui com a simulação de três cenários possíveis para o catolicismo no futuro.

Na primeira parte, a ruptura da geração do pós-guerra, que chegou

nos anos 68-78 a sua idade jovem-adulta, em relação à forma católica institucional, deixa-se explicar pelo choque profundo de sistema de valores. A sociedade na qual esta geração vem sendo socializada e a Igreja institucional diferem em profundidade no sistema de valores que regem as realizações do lazer, a busca da justiça social, os desejos de ter algo na vida. Há dissonância de percepções, de sentimentos, de ações, que levam esta geração a afastar-se das práticas da Igreja institucional ainda que vivam nos níveis do modelo de cultura e da piedade individual a presença do cristianismo. O abandono da Igreja entre os anos 68-78, sobretudo pelos jovens, corresponde, portanto, a uma mudança na sociedade das prioridades de valores. O sistema de valor anterior perdeu plausibilidade diante da nova geração do pós-guerra. A Igreja perde força de integração, sem que se tornem perceptíveis cristalizações de contra-sistemas religiosos. Perde-se a prática dominical, mas mantém-se uma religiosidade ainda cristã de origem eclesiástica de maneira informal: no fato de encontrar na fé ajuda, de confiar em Deus, de buscar consolo e segurança religiosa no momento da morte. A ligação entre a religiosidade individual das pessoas e a Igreja institucional rompe na Alemanha no final dos anos 60 por causa das mudanças dos modelos culturais sociais. Desfazem-se os valores do dever e da submissão em prol da expansão dos valores de autodesenvolvimento. Perde-se o valor da laboriosidade (*Leistung*) como valor-dever evidente e válido incondicionalmente. Cresce o interesse político e a exigência à política. Na educação, passa-se da alto valor da conformidade para a valorização da autonomia. Os propulsores destes novos valores foram a geração jovem. No mundo religioso, tal mudança repercute com a perda

de plausibilidade da evidente pertença à Igreja. A religião torna-se mais indefinida, insegura, no segundo plano. A religião visível, ao perder sua força de integração, abre espaço para uma religiosidade de "colcha de retalho" com modelos individuais.

Na segunda parte, o A. estuda a função do cristianismo, de modo especial, da forma católica, na constituição da sociedade industrial burguês-moderna. Para ele, esta se constituiu no lapso da metade do século XIX até a metade do século XX. A raiz, porém, da modernidade vai encontrar, não como normalmente se diz na Reforma ou Ilustração, mas nas revoluções da alta Idade média: guerra das investidas do séc. XII em que o papa defende a autonomia da "esfera espiritual" e assim se constitui necessariamente uma "esfera mundana" separada desta (mesmo que haja entre elas um relação de submissão ou domínio). Superam-se os dois caminhos do cesaropapismo ou hierocratismo. Ao lado deste "pluralismo" se desenvolvem as cidades medievais e comércio distante (*Fernhandel*), que permitem nascer os centros de comércio com sua racionalidade própria e prolongam as cadeias de comércio. A reforma não radicaliza este pluralismo estrutural medieval, antes retarda-o.

Em resumo, a sociedade industrial burguês-moderna constituiu-se de parte tradicional, sobretudo do persistente mundo rural e sua presença na cidade e do setor modernizante. Pela via da presença do setor rural, o catolicismo faz parte integrante desse amálgama da sociedade moderna. O catolicismo cria uma forma social própria dentro de tal sociedade com sua formulação filosófico-teológica neo-escolástica entre a tradição e a modernidade. O A. desenvolve longamente a gestão dessa forma so-

cial católica com sua dupla face de tradicional e moderna, sobretudo nos três níveis da instituição, da criação de um "meio" católico e de formas de piedade religiosa. Caracterizam esta nova forma social do catolicismo moderno um sistema de significado, fechado e contradistinto dos outros, a modernização, burocratização e centralização crescente das estruturas eclesásticas, a sacralização das suas novas formas de organização, a criação de um "meio" católico compacto com suas instituições, cosmovisão e ritualização do cotidiano.

Na terceira parte, estuda como esta sociedade industrial burguesa-moderna a partir sobretudo dos anos 68-78 sofre um colapso radical. Tal se manifesta pela destruição do setor tradicional camponês-artesanal da sociedade industrial clássica com suas formas características de produção e de vida causada pelo impacto da indústria, pela dissolução do "meio" composto por dois grandes grupos — o operariado socialista e os católicos — e pela modificação radical da concepção do papel do homem e da mulher no mundo da família e do trabalho. Acontece profunda destraditionalização da família, do trabalho, do desenrolar das etapas da vida.

Nessa nova forma social do capitalismo avançado, a religião e, em concreto, o catolicismo modifica sua forma social. Os anos imediatos do pós-guerra tinham trazido uma restauração da presença católica, que entra em queda livre com o aparecimento na cena da cidadania da geração nascida já depois da guerra. Isso corresponde aos anos 68-78, quando se dá a abrupta queda na prática religiosa institucionalizada.

Este novo momento pode ser caracterizado por um profundo anti-

tradicionalismo, por uma diferenciação estruturalmente sem limite e funcional da sociedade, por um pluralismo cultural ainda mais radical e por não menos profunda individualização subjetiva que corroem as tradições anteriores e, por conseguinte, a religiosa católica. Estes anti-tradicionalismo e processo subjetivante individualista, que já tiveram seus primeiros surtos anteriormente, sofreram nos imediatos anos do pós-guerra enorme freio, para irromperem vigorosamente nos anos 68. Então se inicia propriamente a pós-modernidade, no sentido visto acima, de uma modernização reflexiva.

A religião cristã sofre nesse novo contexto forte individualização e autonomia religiosa, desinstitucionalização e crescente pluralismo. De dentro desta situação pós-moderna, surgem também tendências produtivas de religião de caráter espiritualista carismático e profético-social. E o catolicismo adquire também uma forma plural com diferentes setores: fundamentalista, de católicos explícitos e participativos, de uma organização formal, de católicos de práticas difusas e indeterminadas, e de participantes de movimentos.

O A. termina o livro com clarividente e altamente questionadora simulação dos possíveis cenários do catolicismo. Os homens responsáveis de Igreja tirarão enorme proveito em ler estas páginas, em meditá-las, tirando delas conseqüências pastorais.

Em poucas palavras. Abrem-se ao catolicismo três cenários possíveis. Um primeiro se exprime na volta ao fundamentalismo com chances de certo sucesso e aceitação sobretudo pelos estamentos e pessoas que mais sofrem negativamente o impacto desta nova forma social pós-moderna. Mas, a longo prazo, o catolicismo

renunciaria ser uma presença pública na sociedade e se encapsularia numa estrutura religiosa de seita. O segundo cenário é o catolicismo renunciar uma forma social institucional global para transformar-se em comunidades de base, quer populares, quer de outra natureza. Ia trazer, sem dúvida, profunda renovação à tradição cristã, mas à larga distância dissolver-se-ia em grupos menores sem presença maior na vida pública da sociedade. E, finalmente, um terceiro cenário, o catolicismo assumiria uma face pluriforme com máxima abertura para o mundo moderno. Deveria saber sobrepor-se aos processos do conflito e diálogo, encontrando na forma social pluriforme, não uma decadência de sua tradição, mas uma chance de ser um representante atualizado, crível do cristianismo na cultura pós-moderna de uma sociedade estrutural e radicalmente plural. Cria-se no catolicismo uma concepção de identidade que permite o conflito aberto e a concorrência de concepção a respeito do caminho correto para o futuro entre os setores e alas do catolicismo. Ele desenvolve mecanismos para suportar conflito e formas transversais da razão (que mostra e guarda tanto os limites das diversas formas de racionalidade,

como possibilita e realiza pontes e discussões entre elas).

O Catolicismo é colocado diante das alternativas dum pluralismo estruturado e de contornos onde se debatem novas formas duma legítima pluralidade, suportando conflitos, ou de assumir forma de fuga num castelo-seita de tradicionalismo com mentalidade fundamentalista, ou de perder-se num movimento de Igreja de grupos de base, como forma social impregnante, para o qual, porém, não está ainda maduro e com o qual nem tem condições de conservar uma presença séria na sociedade.

O livro é excelente pela seriedade e profundidade das análises, dispondo, quer de elementos empíricos de pesquisas quer de teorias mais completas. Ainda que o A. se concentre na análise do catolicismo alemão, *mutatis mutandis*, muitos pontos valem de outras situações. Ao menos, servem para levantar hipóteses de análises para nossa situação. No momento atual, serve de claro alerta para a forte corrente centralizadora, hostil ao pluralismo, do risco que ela está correndo de estar-se alijando o catolicismo do cenário da sociedade e encafuando-o nos gargalos da seita.

J. B. Libanio

---

BOROBIO, Dionisio, *Reconciliación penitencial*. Tratado actual del Sacramento de la Penitencia. Bilbao, Desceée de Brouwer, 1990, 2ª edição revisada. 226 pp., 21 x 15 cm. ISBN 84-330-0750-5

---

Em questão de teologia sacramental e liturgia, D. B. está, sem dúvida, entre as maiores autoridades de língua castelhana. Seus inúmeros livros e artigos exigem que se reconheça sua competência.

A presente obra está dividida em quatro partes. A primeira é um "en-

saio antropológico" (1-25) que apresenta a situação atual do sacramento da penitência e as experiências humanas que estão à base do sacramento. O título não parece o mais adequado. "Antropológico" deixa esperar uma reflexão anterior à fé, enquanto o A. reflete já desde a prática cristã. Teria sido mais adequado intitular

esta primeira parte "ensaio fenomenológico", pois descreve a situação tanto do sacramento como a experiência humana em que este se enraíza.

Tratando da experiência humana de reconciliação, o A. vem a falar da "desreconciliação" vigente tanto no âmbito pessoal, como na sociedade e na Igreja. Neste último ponto, é uma lacuna patente ter omitido a questão do papel e lugar da mulher na Igreja, quando aponta tantos outros exemplos — talvez menos gritantes — de divisão, desigualdade e submissão.

Depois de descrever sob diversas facetas a experiência de "desreconciliação", o A. propõe a "auto-reconciliação" como caminho para a reconciliação, desde que vivida dentro de um projeto de "hétero-reconciliação". São termos um tanto rebuscados e próprios do A. "Auto-reconciliação" é a "aceitação lúcida e sincera de nosso ser-assim"; trata-se da "auto-reconciliação com sua própria possibilidade" (19). "Hétero-reconciliação" é a reconciliação com os demais. Os termos parecem pouco apropriados para o sentido que lhes dá o A. "Auto-reconciliação" lembra autojustificação ou justificação pelas obras, reconciliação buscada pelo próprio esforço, sem a ajuda da graça de Deus; "hétero-reconciliação" evoca antes a reconciliação como dom do outro, como presente de Deus.

A segunda parte apresenta a "experiência histórica" (27-83) da Igreja na sua função de reconciliar os pecadores com Deus. Distingue quatro etapas de evolução, segundo a estrutura ou forma penitencial adotada. A Escritura testemunha de uma "estrutura de excomunhão"; do séc. III ao VII (e mesmo XIII), a Igreja adota uma "estrutura de penitência"; do séc. XIII ao XX, passa à "estrutura de

confissão"; a proposta do Vaticano II é classificada como "estrutura de reconciliação".

O A. é muito feliz nestas páginas, conseguindo resumir de forma simples, clara e concisa a complexa história do sacramento da penitência. Para isso é de ajuda ter captado as estruturas predominantes que permitem ver de imediato o distinto enfoque dado em cada época às diversas dimensões da penitência cristã. Poderia considerar-se uma falha não ter distinguido a penitência pública da tarifária. No entanto, se do ponto de vista pastoral são duas formas totalmente distintas (irrepetível — repetível; o bispo como ministro — o presbítero como ministro; penitências a serem cumpridas durante toda a vida — penitências passageiras; caráter público da ação — caráter privado...), é preciso reconhecer que têm uma estrutura comum. Mas talvez tivesse sido indicado sublinhar melhor que nesta etapa se dão duas realizações distintas da mesma estrutura.

A terceira parte é a "reflexão teológica" (85-182). Partindo de que o sacramento é um "encontro de personagens" (ou de sujeitos), o estudo se divide em três partes, cada uma delas, abordando a atuação de um dos sujeitos envolvidos: Deus, a Igreja, o penitente. A propósito da ação do Deus misericordioso que vem ao encontro do pecador, o A. coloca o sacramento no âmbito mais amplo da obra reconciliadora de Deus para com a humanidade e, ao mesmo tempo, estabelece a especificidade do sacramento da penitência como sacramento de reconciliação. A mediação da Igreja vem mostrar a necessária eclesialidade do sacramento, esquecida durante tantos séculos. Abordando a participação do penitente, o A. trata dos três "atos do penitente":

conversão, confissão, satisfação, com toda a problemática clássica e moderna a eles atinente.

O recenseador não concorda com a afirmação do A. ao distinguir batismo e penitência. Segundo ele, o primeiro acentuaria "mais o perdão do pecado original, enquanto o outro (penitência) se refere mais aos pecados pessoais" (92). A primeira parte da afirmação parece considerar o batismo na perspectiva do batismo de crianças; a segunda parece supor que a penitência perdoa de novo o pecado original ("mais" supõe um "menos").

A quarta parte se volta à "celebração e pastoral" do sacramento (183-216), tecendo considerações sobre as diversas formas de penitência: quotidianas, litúrgicas e sacramentais. O A. detém-se na análise do novo *Ordo*, com uma valoração e crítica de cada uma das modalidades previstas no ritual e indicações sobre seu uso. Traz observações muito judiciosas e ponderadas. O capítulo final trata da pastoral da penitência.

O livro, como se pode ver por essa breve apresentação, é um verdadeiro manual de teologia da penitência, de grande valor no momento crítico por que passa o sacramento. Se estivesse traduzido ao português, o recenseador aconselharia que se adotasse como manual nos seminários, por seu caráter sintético, atualizado e arejado.

Observem-se alguns senões de caráter formal, como erros de digitação e revisão. — O conhecido exegeta alemão Anton Vögtle, num fenômeno compreensivo a um digitador de língua castelhana que não lê alemão, passa a Bögtle (32, nota 7; 38, nota 11). — Os dados da p. 50 não coincidem com os da p. 51, nota 32: trata-se do I ou do III Concílio de Toledo? Chalons-sur-Saône (p. 51, nota 32) é grafado "Saine" à p. 50 e a data de realização deste concílio ora é exata (650, na p. 50), ora aproximada (entre 647 e 653, na p. 51, nota 32). A lista de siglas na p. IX não ajuda muito, pois aqui se encontram quase só as mais óbvias; outras, menos usuais, estão ausentes. Assim, quando a sigla OP (para *Ordo Paenitentiae*) reaparece à p. 75, nota 123, o leitor já não se lembra que havia sido indicada à p. 5, nota 4. Às vezes é impossível decifrar o significado: é o caso da sigla AC IV, à p. 146, nota 27.

Do ponto de vista do conteúdo, o recenseador gostaria de destacar algumas páginas notáveis, tais as reflexões sobre o caráter judicial da penitência (69-71), como, aliás, toda a ponderação crítica sobre Trento (68-72). Igualmente as páginas sobre o sacramento da penitência como atualização do mistério pascal (98-101). Idem a fenomenologia da conversão (145-147). Para não citar mais que alguns pontos altos. Enfim, uma obra que se lê com proveito.

Francisco Taborda

---

ESPEJA, Jesús, *Sacramentos*. Tradução (do espanhol) Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Vozes, 1992. 168 pp., 21,5 x 21,3 cm. Coleção: introduções e conceitos. ISBN 85-326-0731-4

A presente obra pertence a uma coleção que recebeu na edição brasileira o título de "introduções e con-

ceitos". Na edição original espanhola cada volume se intitula "para compreender", seguido do tema do livro:

"Para compreender os sacramentos". Os dois nomes da coleção sugerem o que se pode esperar da obra. São obras de divulgação que visam a oferecer ao leitor um primeiro contato com o tema abordado. Não se deve procurar mais. Mas também não se deve esperar menos de uma obra desse gênero. No caso de um tema teológico, ela quer expressar em linguagem simples a fé da Igreja. O A. está consciente do desafio de apresentar em poucas páginas "uma visão atual" sobre cada um dos sete sacramentos, numa "redação ágil e um texto relativamente breve" (Apresentação, p. 7).

O leitor pode certificar-se da dificuldade de responder ao desafio, lendo o capítulo introdutório sobre os sacramentos em geral. Parece ao recenseador que não poderá ser entendido por um leitor que não tenha cursado teologia e — até mesmo — não tenha estudado mais detidamente a teologia de Karl Rahner. A definição rahneriana de sacramento, citada à p. 14, no final da segunda coluna, é um caso típico: é preciso muita teologia para entendê-la. O mesmo se diga da distinção entre religião e magia, na p. 12: quem não sabia já anteriormente a diferença, não receberá elucidação pela leitura do texto. Poderiam aduzir-se outros exemplos. Por vezes são abordadas questões muito especializadas, sem que fosse necessário. Não parece haver razão de falar do hilemorfismo sacramental num livro desse gênero (19). À alusão aos problemas textuais e às opções de tradução de Jo 7,37s (p. 34) só têm acesso os iniciados, para os quais não se destina o livro. Mas, em regra geral, a obra corresponde à finalidade de uma introdução ao tema.

O esquema do livro é muito simples e óbvio. Depois de uma intro-

dução correspondente ao tratado teológico dos sacramentos em geral (9-20), os sete sacramentos são agrupados em três blocos: sacramentos de iniciação cristã (batismo, confirmação, eucaristia) (21-82), sacramentos de cura (penitência e unção dos enfermos) (83-122), sacramentos a serviço da comunidade (matrimônio e ordem) (123-168). O tratamento dado a cada sacramento é bastante adequado. Procura apelar à vivência e explicitar a espiritualidade de cada sacramento. Possibilita uma visão de conjunto da problemática atual. Pode despertar o desejo de aprofundamento através de ulteriores leituras sobre as quais o leitor é informado pela bibliografia com que conclui cada capítulo.

No capítulo sobre o batismo — na opinião do recenseador — o A. aborda o mistério pascal de forma demasiadamente abstrata (cf. 33). Felizmente à p. 40 ele dá uma feição histórica e atualizada para o significado da conversão. Teria sido de desejar que o mesmo tivesse acontecido na abordagem do mistério pascal.

A confirmação é um sacramento ainda à espera de uma teologia satisfatória. Não estranha que o recenseador não se contente com a do A. Afirmar que a crisma "aperfeiçoa" o batismo (cf. 51 e 57) corresponde à teologia tradicional da crisma e o A. pode apoiá-la em Tomás de Aquino. É, no entanto, uma afirmação duvidosa: quer dizer que o batismo é imperfeito? Ora, segundo a tradição, ele é, com a eucaristia, um dos dois "sacramentos maiores", os mais importantes na hierarquia dos sacramentos. Como pode ser "imperfeito" e necessitar do aperfeiçoamento da crisma? Algo deve haver de equívoco nessa teologia tradicional. — Outro ponto criticável é considerar a crisma "um segundo nascimento" (cf.

49s e 57). Para o A. há um primeiro nascimento ao sair do seio materno e um segundo ao assumir a vida como pessoa livre e independente. Aos dois nascimentos correspondem, na vida cristã, o batismo e a crisma. Essa reflexão tem como ponto de partida, por um lado, o batismo de crianças, que não é o análogo primário do batismo; por outro, a prática recente de reservar a crisma para a adolescência. Ela não considera a verdade histórica da confirmação. Tampouco respeita a afirmação tradicional que chama o batismo de "segundo nascimento" em comparação com o nascimento físico. — O A. conserva um anacronismo ao aludir à administração da crisma "em nome da Trindade" (52). O leitor que supostamente tem apenas uma cultura geral teológica, ficará desorientado ao verificar que a fórmula (atual) da unção com o crisma não menciona a Trindade. — Não obstante as críticas, destaque-se o que o A. diz sobre a dimensão social da confirmação (56).

Também ao capítulo referente à eucaristia se poderiam fazer algumas observações críticas de somenos importância. O recenseador estranha que a presença real de Cristo na eucaristia, por ser simbólica, seja considerada "um modo *deficiente*" de presença (74, grifo do recenseador) e essa perspectiva seja atribuída aos Padres gregos (69). Primeiro, porque não parece levar em consideração o realismo simbólico dos Padres (parece inclusive haver certa contradição com a explicação que o A. dá posteriormente da expressão agostiniana "presença real em figura", p. 69). Segundo, porque explicar o pretense "modo deficiente" de presença como "uma presença na ausência" (74) não leva em consideração que a presença de Cristo na eucaristia é uma presença pneumática (no Espírito) que não o torna menos presente por não ser visível. Parece haver identificação

entre presença e presença física. Mas talvez a frase completa, aludindo ao desaparecimento *visível* de Cristo, possa ser interpretada mais benignamente.

Tentando, com razão, recuperar a idéia de Agostinho de que o "verdadeiro corpo" de Cristo é a Igreja, o A. escreve: "Mediante a transformação da comunidade cristã [em corpo de Cristo] pela fé, dá-se a transformação no pão e no vinho da eucaristia" (73). O recenseador julga que seria necessário completar esta idéia, dizendo vice-versa que a transformação do pão e do vinho visam a fazer da comunidade o corpo de Cristo.

Um ponto importante na compreensão da eucaristia como sacrifício é reconhecê-la como "sacrifício relativo". Entretanto, o recenseador diria que é relativo ao Calvário e não, como o A., à última ceia (78).

Não obstante estas observações críticas em pontos concretos, é preciso dizer que o A. é bastante feliz na abordagem da eucaristia. O mesmo se diga da penitência, da unção dos enfermos, do matrimônio e da ordem. Mas o recenseador gostaria de ressaltar especialmente o capítulo sobre a penitência e, neste, a forma como é abordada a instituição do sacramento (100s) e o juízo do A. sobre o Concílio de Trento (106).

Tratando do matrimônio, o A. previne que se limitará ao enfoque do "matrimônio como um projeto de comunidade" (126). É uma decisão sábia, dada a extensão do tema. — O A. parece entender o sacramento do matrimônio como a celebração religiosa inicial (142). Na opinião do recenseador seria preferível ver a vida matrimonial cristã em sua totalidade como sacramento.

Ao abordar o sacramento da ordem o A. também se restringe cor-

retamente ao ponto central da relação entre ministérios e comunidade (152). Destarte pode identificar, com muita acuidade, onde está a raiz da chamada "crise sacerdotal".

Traduzir não é simplesmente transcrever o que está numa língua para a outra. O A. teve o cuidado de indicar, ao fim de cada capítulo, uma bibliografia básica acessível ao leitor que quisesse aprofundar mais a questão. Este é o sentido e a finalidade da lista e não informar sobre as obras compulsadas pelo A. Ora, talvez um terço das obras citadas existem em tradução brasileira, mas a tradutora não se deu ao trabalho de ir atrás disso. Até o ritual da iniciação cristã de adultos é citado em espanhol! (p. 20). Mais: a tradutora chegou mesmo a citar em espanhol um livro escrito originalmente em português e editado pela Vozes (cf. 20)! A bibliografia deixa assim de ser uma ajuda

ao leitor, para ser gasto inútil de papel. — Nas notas de rodapé, há uma coisa curiosa: os artigos da revista *Concilium* por vezes são citados em espanhol (p. 19, n. 24; p. 69, n. 21), por vezes em português (p. 92, n. 15; p. 106, n. 40). Por que? Citar em português toda a bibliografia existente nessa língua pertence ao trabalho de tradução. Não é luxo nem capricho que se possa deixar ao arbítrio do tradutor.

Os erros de digitação são mais do que se poderia desejar, em especial o uso de "cultural" quando devia ser "cultual" (p. 15 e 154, para citar dois casos). Mas há um erro "hors concours": "professia" escrito com dois esses! (p. 61). Na p. 17, nota 18, o texto cita o Vaticano II e a nota remete a Trento; entretanto este erro já vem da edição original.

*Francisco Taborda*

---

GONZALEZ-FAUS, José Ignacio, "*Ningún obispo impuesto*" (*San Celestino, papa*). Las elecciones episcopales en la historia de la Iglesia. Santander, Sal Terrae, 1992. 159 pp., 21,5 x 13,5 cm. Coleção: presencia teológica; 70. ISBN 84-293-1067-3

---

O título desta obra do conhecido teólogo G.-F. pode enganar. Não se trata de um livro de história da Igreja, mas de um livro de teologia que se serve dos dados históricos para fundamentar uma tese eclesiológica. Tampouco se trata de um livro de pesquisa científica original. O A. simplesmente quis recuperar um material histórico já do conhecimento dos especialistas, para torná-lo acessível à comunidade eclesial que é quem sofre existencialmente as consequências do abandono do princípio de que "o que há de estar à frente de todos, deve ser eleito por todos" (São Leão Magno, *PL* 54, 634, cit. à p. 47).

A divisão do livro é muito simples e óbvia. O A. percorre os 20 séculos de história da Igreja e vai mostrando as vicissitudes por que passou o princípio inicialmente claro na Igreja de que os bispos devem ser eleitos e não impostos contra a vontade do povo. Já no séc. III encontramos como assentado, por razões históricas e teológicas, o princípio eletivo, embora se tenha consciência dos perigos e problemas dessa prática. Eles permanecerão com novas feições através dos séculos seguintes, sem que ocorra a ninguém negar o princípio, mas sim buscar soluções para os problemas que empanam a pureza na efetivação do princípio.

Entre os maiores defensores do princípio de eleição dos bispos, o A. cita os papas do séc. V, quando o princípio começa a ser mais e mais ameaçado. É de São Celestino I a frase tomada como título do livro, expressa com a típica concisão latina: "Nullis in vitis detur episcopus" (PL 50, 434; cit. à p. 42), e que o A. traduz também com invejável concisão: "Nenhum bispo imposto". Semelhantemente se posicionarão outros papas deste século: Inocência I, Hilário, Bonifácio I e, principalmente, o mais importante deles por ser uma das figuras mais notáveis do papado, São Leão Magno. Com sabedoria pastoral, o grande doutor da Igreja dirá que o perigo de um bispo imposto é que "os cidadãos acabem desprezando ou até odiando a um bispo não desejado, e se tornem menos religiosos do que convém, porque não se lhes permitiu ter a quem queriam" (PL 54, 673, cit. à p. 49). Parece uma profecia sobre certos acontecimentos da atualidade!...

No fim do século VI, outro dos papas mais significativos da história, o doutor da Igreja São Gregório Magno, também se deparará com problemas de nomeações episcopais em diversas Igrejas locais. No entanto não lhe ocorrerá solucionar nomeando ele próprio os bispos, mas mandando visitantes que garantam que o clero e o povo, "sem paixões e por consentimento unânime procurem um bispo que os presida" (cit. à p. 65). Ele insiste também em outro princípio que acompanha o eletivo: que não se eleja alguém estranho à Igreja local.

Justamente por ser de caráter evangélico essa prática democrática se torna cada vez mais difícil à medida em que a Igreja se acomoda ao mundo. O clero e o povo acabam reduzindo-se aos cônegos e nobres, a

intervenção do poder dos reis se faz mais presente. Surge assim a "necessidade" de um *regime de exceção* que se dá através da "reserva" que o papa faz da nomeação dos bispos de algumas sedes mais importantes. Nessa dinâmica chegamos ao fim do primeiro milênio.

O segundo milênio trará consigo a história de uma ampliação cada vez maior do número de dioceses, cuja nomeação de bispo fica reservada ao papa. Cada vez mais entra em questão a dimensão econômica e política das nomeações, até que, por ironia da história, as nomeações episcopais, originalmente reservadas ao papa para garantir a liberdade da Igreja face ao poder dos reis, acaba sendo transferida aos reis, numa inversão completa do sentido das primeiras reservas (séc. XVI-XVIII). Os papas abdicam de seu "direito" em favor dos reis, instituindo o privilégio real de nomear (determinados) bispos ("regalia"). O séc. XIX será o século das concordatas: entre os privilégios que se cederão em troca de vantagens políticas para a Igreja, estava o direito de nomeação de bispos ou, pelo menos, de veto às nomeações feitas.

Dando fim a esse estado de coisas, o Vaticano II, no decreto *Christus Dominus* 20, expressa o desejo de que, para o futuro, não mais se concedam às autoridades civis direitos ou privilégios na nomeação de bispos. E dirigindo-se às autoridades que ainda os detêm, o Concílio faz um apelo a que renunciem a tais direitos e privilégios. Um grande passo adiante em fidelidade ao Evangelho, mas não o último passo. Este será dado no dia em que se devolva ao clero e ao povo seu direito originário de escolher o bispo. Não se podia esperar esse gesto do Código de Direito Canônico de 1983, de caráter conser-

vador. Mas já é um ganho que ele tenha deixado aberta a legitimidade do princípio eletivo e a possibilidade de se voltar a ele.

Nas conclusões, G.-F. sistematiza em cinco passos o material coletado: 1) "Nos primeiros séculos, uma Igreja 'fermento' mantém face à sociedade o princípio eletivo" (153). 2) Conforme se aproxime o segundo milênio, "uma Igreja identificada com a sociedade não consegue manter de pé o princípio eletivo" (154). 3) "Esta situação vai levando às 'reservas' papais, que primeiro são uma emergência excepcional e acabam convertendo-se em prática habitual" (154). 4) Daí "a importância da recuperação da liberdade da Igreja no Concílio Vaticano II" (155). 5) A liberdade conquistada obriga a Igreja a voltar à inspiração das origens, e a obriga tanto mais quanto a sociedade hoje tem em grande respeito e valor o princípio eletivo como manifestação do comunitário. "Parece claro que, se hoje a Igreja não manifesta esse mesmo respeito pelo princípio eletivo (não no que toca à verdade cristã, mas à atuação comunitária), já nunca mais poderá ser vista como 'sacramento e fermento', mas como relíquia e escândalo" (156).

Antes de concluir com algumas considerações práticas, o A. afirma peremptoriamente e com sobrada razão que o princípio eletivo não é questão meramente disciplinar, mas dogmática. "E não só desde o ponto de vista 'formal' (pelas autoridades que a avalizam), mas por sua própria natureza: porque põe em jogo a verdade da Igreja como comunhão e como católica, agora com uma catolicidade 'ad intra' (ou para dentro) e não só para fora" (156-157).

Não só por seu estilo leve e ágil, o livro pode ser lido com prazer. Também por seu conteúdo tão alvissareiro: propugnar a eleição dos bispos não é ceder a uma moda democrática, mas voltar à mais lúdica tradição eclesial, defendida por papas do porte de Leão I e Gregório I, que não por acaso receberam o cognome de "Magno", "o Grande", e o título de doutores da Igreja, reconhecido no Oriente e no Ocidente. Numa perspectiva pessimista se pensará que estamos mais longe do que nunca de restaurar o princípio tradicional. Nunca se sabe. O Espírito Santo às vezes gosta de dar surpresa... Oxalá a tenhamos.

*Francisco Taborda*

---

LUSTOSA, Oscar F., *Catequese Católica no Brasil*. Para uma história da evangelização. São Paulo: Paulinas, 1992. 182 pp., 23 x 15,9 cm. Coleção: estudos e debates latino-americanos, 23. ISBN 85-05-01407-3.

---

Atendendo à recomendação do Departamento de Catequese do Conselho Episcopal Latino-Americano de que os países da América Latina publicassem, cada qual, a sua respectiva "História da Catequese", Oscar de Figueiredo Lustosa nos oferece este novo livro: "*Catequese Católica no Brasil: Para uma história da evangelização*". Divididos em cinco grandes

partes, ditas "momentos conjunturais", a obra apresenta panoramicamente a gênese e o desenvolvimento da catequese em nosso País, desde a colonização até o tempo presente.

A publicação desta obra vem de encontro a uma das mais sérias preocupações da Igreja no Brasil de hoje, a saber, a da formação dos agentes

de pastoral em geral, e dos catequistas em particular. A formação do catequista não pode se contentar com o aprofundar dos “conteúdos doutrinários” de que ele necessita para o cumprimento de sua tarefa, mas deve levá-lo a crescer em consciência quanto ao seu papel na Igreja e na sociedade, deve conduzi-lo a assumir com maturidade o seu ministério. Ora, é aqui que se reconhece a importância de o catequista tomar conhecimento da “história da catequese”. O estudo da história (seja qual for o seu objeto e/ou a sua perspectiva) é fundamental, se quisermos assumir seriamente o nosso papel. Em se tratando da História da Catequese, é imprescindível conhecê-la, tanto para reverenciar os que nos precederam neste ministério sempre estimado pela Igreja quanto para que nos purifiquemos de certa “visão romântica” da evangelização em nossas terras, constatando serena e honestamente que tomaram-se atitudes nem sempre evangélicas quando se pretendia anunciar a Cristo. É óbvio que o historiador não quer julgar o passado servindo-se das categorias do presente: o que o historiador pretende é tão-somente avaliar o passado para que não se cometam no presente e no futuro erros similares aos do passado. O trabalho de Oscar Lustosa nos ajuda desta forma, quando apresenta de modo imparcial (tanto quanto possível!) os fatos “edificantes” e aqueles “menos edificantes” da história da evangelização no Brasil. O A. mostra, então, os avanços e progressos que se deram em nossa catequese, sem olvidar contudo o que ocorreu em termos de desrespeito, por exemplo, para com os índios e os negros. Tratando da catequese missionária nos séculos XVII e XVIII o A. refere-se à “servidão mitigada” dos índios como equívoco que “provocará um conjunto de seqüelas sociais negativas” (p.

46). Discutindo a catequese do negro no Brasil colonial, o A. não hesita em reconhecer que “excetuando esforços isolados, a catequese do negro, no Brasil-Colônia, é um capítulo doloroso e pobre da pastoral da Igreja na época colonial” (p. 60), afirmação que encontra respaldo no Documento de Puebla, n. 10. Quanto à preocupação de se corrigir certa compreensão ingênua do papel da religião na sociedade, convém apresentar a citação que o A. faz de uma exortação de Dona Maria I ao bispo de Mariana, no século XVIII, “insistindo em que, nas pregações e na catequese, o clero recorde aos fiéis sua obrigação de cumprir a lei, especialmente o pagamento das taxas e impostos ao tempo da mineração” (p. 65). Pois bem, quando não raro se nega à Igreja o direito de participar de questões políticas — tomada de posição que deriva de seu compromisso com a verdade e com a justiça —, é imprescindível dizer que no Brasil, não poucas vezes, a religião católica tem servido à execrável trama dos que querem silenciar as vítimas da injustiça e do depauperamento.

Evidentemente o texto de Oscar Lustosa mereceria algumas ressalvas, caso não se assumisse como obra esquemática e sintética, quando uma história da catequese no Brasil reclamaria não poucos volumes para a sua adequada apresentação. Como não há trabalho similar em nosso País, o esforço pioneiro de Oscar Lustosa merece reconhecimento e gratidão.

“*Catequese Católica no Brasil: Para uma história da evangelização*” destina-se prioritariamente aos catequistas, que poderiam mesmo adotá-lo como livro-texto nos encontros de formação e aprofundamento. A exposição é clara, e cada parte é subdividida em capítulos, o que torna a leitura e o estudo sobremaneira

cômodos. Os vinte e quatro capítulos que compõem o livro poderiam ser assimilados metodicamente ao longo de um ano, o que traria um grande benefício para os catequistas de nossas paróquias e comunidades, e por conseguinte um melhor desempenho da tarefa catequética. O texto pode ser utilizado também com muito proveito por pastores e seminaristas, para uma primeira visão sintética da gênese e do desenvolvimento da catequese em nossas terras, bem

como instrumento de aprofundamento do tema, a partir das notas de rodapé e da bibliografia que o A. apresenta ao final do livro.

Possa o trabalho de Oscar de F. Lustosa servir à causa da evangelização em nosso País, colocando-se a serviço de nossos catequistas, agentes de pastoral que ocupam singular posição na missão da Igreja.

Paulo César Barros

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, *Da Rerum novarum à Centesimus annus*. Texto completo das duas encíclicas com dois estudos de Roger Aubert e Michel Schooyans. São Paulo, Loyola, 1993, 181 p., 20,5 x 14 cm. ISBN 85-15-000760-6

Como o próprio subtítulo indica, o livro contém o texto das duas Encíclicas — *Rerum novarum* de Leão XIII e *Centesimus annus* de João Paulo II —, escritas num intervalo de 100 anos, e dois substanciosos estudos de R. Aubert (R.A.) e M. Schooyans (M.S.)

A Encíclica *Rerum novarum* (RN) é considerada na literatura da Doutrina social da Igreja o texto fundador no sentido de que depois dele virá enorme série de documentos pontifícios sobre este tema social e de que ele inspirará o pensamento e a ação de cristãos no campo da política. O trabalho de R.A. escolhe outra direção. Em vez de vê-la no início de um movimento, estuda-a como "ponto final de um lento amadurecimento". Mesmo reconhecendo que antes da Encíclica, houve cristãos de consciência social mais avançada — clero e leigos — que tomaram consciência das mudanças sociais, da miséria do proletariado, dos abusos do capitalismo liberal, R.A. aponta como verdadeiros precursores do catolicismo social moderno, do qual a RN é

expressão oficial, os mais decididos adversários do liberalismo, a saber, pessoas originárias da aristocracia fundiária, que apareciam e, de fato, eram, sob diversos aspectos, "reacionárias". Hostis à oligarquia burguesa anticlerical — por ser anticlerical e por substituir as antigas autoridades pelo poder do dinheiro —, viam na ação social um meio de aliar as massas contra tal oligarquia e criticavam o caráter pagão do liberalismo econômico. Demonstra sua tese com exemplos do mundo francês e sobretudo da pessoa do alemão Mons. Ketteler, que, apesar de sonhar com o antigo império germânico da Idade Média, desenvolve pensamento social progressista na linha do organicismo social de base corporativa. E continua mostrando o desenrolar de tal pensamento social no meio católico das Alemanha, Áustria, França, Bélgica e Itália. Leão XIII se interessava de longa data pela questão social e se mantinha regularmente em dia com os trabalhos destes grupos católicos, sobretudo daquele que se reunia em Roma, organizado pelo conde Kuefstein.

Em seguida, R.A. acompanha a evolução do pensamento social de Leão XIII em seus próprios ensinamentos anteriores à RN em detalhe e descreve os entroveiros entre grupos de católicos a respeito da questão social, em geral, e operária, em particular. Introdução extremamente lúcida, muito bem informada e sugestiva para entender a RN no contexto do próprio pensamento de Leão XIII e seus antecessores. As análises são pertinentes e perspicazes. Ajudam a tornar muito mais clara a posição assumida pelo papa na RN e seu verdadeiro alcance. Pelo estudo de R.A. aparece a relevância que os leigos tiveram na gestação do ensinamento social.

Esta introdução de R.A. mostrou muito bem a tensão em que se encontrava Leão XIII sobretudo em relação às escolas de Liège e Anvers, à "União de Friburgo", à Escola austríaca, etc., sem querer, de um lado, tomar posição por uma delas em questões concretas, e, por outro, temendo pairar em nível demasiado abstrato. Os temas da intervenção do Estado na economia, das associações profissionais, sobretudo de operários, tendo os modelos medievais como pano de fundo e as novas formas em andamento, deixaram o papa perplexo até a última redação da Encíclica. Esta passou por muitas versões e por muitas mãos, tais como, P. Liberatore SJ, Zigliara OP, Card. Mazzella SJ, o latinista D. Volpini, D. Bocalli — secretário do Papa, etc. Fazer o leitor entrar na "fábrica teórica" da Encíclica do porte da RN é o mérito de R.A., permitindo ao leitor perceber-lhe a riqueza, mas também os limites de maneira muito clara e contundente. Breve, mas excelente introdução à inteligência da RN.

A introdução de MS situa-se noutra perspectiva bem diferente. Procura

ra salientar os temas centrais da RN que tiveram repercussão no ulterior ensinamento pontifício e como eles aí foram trabalhados. Procura, portanto, salientar a "seiva generosa" da RN. Destarte, mostra como a RN foi significativa, já que inspirou e provocou ulteriores aprofundamentos de seus temas. A escolha dos temas teve de ser limitada. Por isso, MS seleciona algumas questões, que são, certamente, de real importância.

Sobre cada tema, MS começa resumindo o ensinamento da RN e depois passa em revista os documentos pontifícios e conciliares (Vaticano II), mostrando como eles trabalharam a mesma questão. Deste modo, MS elabora excelente síntese do ensinamento social da Igreja no referente aos temas escolhidos. Obra de mestre. Sintética, clara, bem elaborada.

Os temas escolhidos são muitos: o direito de intervenção da Igreja no campo social, a análise da realidade, a crítica ao socialismo e ao liberalismo, os temas fundamentais do bem comum, da destinação universal dos bens, do supérfluo e da desapropriação, a temática geral da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos, a justiça na remuneração do trabalho, o princípio de subsidiariedade, os poderes públicos e o desenvolvimento com referência aos valores da vida política, a evangelização e o ensinamento social, as características cristãs de nova ordem mundial. Como se vê, é pauta riquíssima de temas, que são expostos nos diferentes momentos do ensinamento social da Igreja.

Para uma consulta rápida a qualquer uma dessas questões, a introdução de MS se faz subsídio preciso e precioso. Entretanto, o caráter demasiado sintético, próprio de uma introdução, pode deixar no leitor certa insatisfação por sentir que al-

gumas questões mereceriam maior e mais detalhada explicitação. Assim, p. ex., a crítica ao socialismo não parece fazer jus às oscilações do magistério. O fato de ter saltado nesse ponto a Encíclica *Laborem exercens* de João Paulo II, onde a doutrina social da Igreja atingiu seu perigo em relação ao socialismo, deixa sabor de trabalho incompleto. Por outro lado, na crítica ao capitalismo não aparece também esta mesma oscilação, já com sinais trocados. Assim a *Centesimus annus* pode ser considerada como certa inversão dos sinais, mostrando maior distância do socialismo e questionadora aproximação do capitalismo. Às vezes, as sínteses parecem traçar uma evolução linear do ensinamento social da Igreja, como se ele não tivesse sofrido, não somente aprofundamentos, explicitações, simples "deslocamentos de acento" ou "inversão significativa", mas sim, reais e verdadeiras retificações. Falta talvez um pouco mais de criticidade à introdução. Reflete antes uma leitura a partir do

poder (M. Foucault) que nunca se retrata ou corrige, mas sempre quer mostrar perfeita continuidade nos seus ensinamentos. Tal interpretação é pouco sensível às rupturas, minimiza-as, enquanto intenta enfatizar a linearidade evolutiva.

MS revela extraordinário domínio da doutrina social da Igreja. Por isso, transformou esta introdução em valiosa síntese desse ensinamento no referente aos temas indicados. E sobressai do estudo a enorme novidade que têm significado os documentos do atual pontificado nesta matéria. As últimas palavras da introdução de MS mostram a dimensão teológico-evangélica da postura fundamental de João Paulo II diante da questão social.

Sem dúvida, estas duas introduções transformaram essa publicação das Ed. Loyola em instrumento excelente para o estudo da doutrina social da Igreja.

*J. B. Libanio*

---

SCHERER-WARREN, Ilse, *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Centro João XXIII/Loyola, 1993. Coleção: estudos brasileiros; 1. 143 p., 20,8 x 14 cm. ISBN 85-15-00726-6

---

A A., doutora em Sociologia pela Universidade de Paris, vem já publicando obras sobre os novos movimentos sociais na América Latina. Este livro é uma coletânea de trabalhos apresentados na SBPC, em seminários, em congressos nacionais e internacionais, quer na forma atual, quer sob outra redação. A temática dos movimentos sociais dá-lhes a unidade, ainda que dentro de certa heterogeneidade própria de tais publicações.

Um primeiro trabalho passa em revisão as teorias sociais sobre os movimentos sociais da América La-

tina. Mostra como elas estão vinculadas à própria história do desenvolvimento latino-americano econômico, político e cultural e à história do pensamento social latino-americano em articulação com o internacional. A A. apresenta interessante tipologia interpretativa dos movimentos sociais da A. Latina a partir das categorias: lutas de classe, lutas nacional-populares, movimentos de base (grassroots) e redes de movimentos (networks) numa linha histórica sucessiva.

No trabalho seguinte, apresenta breve síntese da utopia da teologia

da libertação. Apesar de ser matéria muito conhecida, mostra a originalidade da pastoral da libertação em relação aos movimentos messiânicos, sobretudo no valor dado à luta humana através dos movimentos sociais em vista da realização da utopia da libertação e não através da dependência da chegada de um messias (p.39). Também merece relevo o balanço que faz dos aspectos positivos e negativos da TdL, e dos desafios que lhe esperam (p. 48).

Um terceiro texto trabalha a relação entre os novos movimentos sociais e a construção da democracia. Parte-se da constatação de que o autoritarismo na cultura política brasileira não só corresponde à prática política da elite, como à atitude de submissão das classes dominadas. Estudam-se especialmente aqueles movimentos sociais — tanto na sociedade civil como no Estado — que levam à corrosão de tal prática e a relevância dos “mediadores” neste processo. De fato, têm surgido novos movimentos sociais com atuação sobre o equilíbrio de forças entre Estado e sociedade civil, e dentro destas nas relações entre dominantes e dominados, em vista da redefinição da cidadania principalmente através das seguintes ações: deslegitimação de decisões tomadas autoritariamente pelo Estado, fortalecimento das relações comunitárias em seu sentido político, forma de agir pela resistência ativa não-violenta, tentativa de democratização das práticas cotidianas e busca de autonomia relativa. Estatisticamente pouco numerosos, são, porém, significativos qualitativamente.

Há muitas limitações neles a serem superadas, tais como: a própria diversidade dos movimentos, sua pequena penetração na sociedade civil, a defasagem entre discurso ideo-

lógico e prática efetiva, o caráter fragmentado e localizado de suas ações. Foram considerados o novo sindicalismo urbano e rural, movimentos de bairro, movimento ecológico, movimento feminista, movimento dos Sem-terra, movimentos sociais urbanos, movimento das barragens, etc.

Um outro breve estudo tenta destacar o que há de novo nos movimentos sociais no campo, a saber, no movimento das Barragens, dos Sem-terra, de Mulheres Agricultoras em contraposição aos velhos movimentos sociais, tais como os movimentos messiânicos, as rebeliões sociais, o banditismo social, as Ligas Camponesas, o Master, etc. A diferença aparece nas formas de suas organizações e no encaminhamento de suas lutas. A A. estuda também os pré-requisitos para a formação de tais movimentos: o reconhecimento coletivo do direito e dever de lutar pelos próprios direitos e a formação de uma identidade política e social, o desenvolvimento de uma sociabilidade política e a construção de um projeto de transformação quer de objetivo imediato quer de construção de nova sociedade. Há, de novo, nestes movimentos a centralidade da luta por uma cidadania integral. Termina apontando-lhes os alcances e limites.

O quinto estudo dedica-se aos projetos de grande escala no referente às conseqüências que produzem — ocupação do espaço já habitado com expropriação, espoliação ou exploração — e à subsequente reação popular. Nesses projetos, predominam os interesses militares de integração e segurança nacional e os do capital em detrimento das necessidades das classes subordinadas e da própria população. Impulsionam tais projetos os interesses do capital internacional e nacional, sobretudo de empreiteiras,

e de empresas estatais com tecnoburocracia estatal, a ideologia da modernização, a ideologia militar da integração e da construção de uma grande nação, a atuação de técnicos oficiais de planejamento na perspectiva de uma racionalidade puramente instrumental. Em seguida, a reflexão se orienta para as vítimas desses projetos: os expropriados, espoliados e explorados. A A. analisa sobretudo o impacto e as graves conseqüências que a mudança de espaço provocada pelos projetos produzem nos expropriados. O trabalho termina estudando como estas três classes de vítimas reagem a tais projetos.

O penúltimo capítulo retoma a questão dos movimentos sociais rurais na perspectiva do meio ambiente. Constata-se, logo de início, que há uma fraca presença da questão ambiental nas pesquisas sobre os movimentos sociais rurais, quer porque tais movimentos não têm considerado relevantes as questões sobre o meio ambiente, quer porque as próprias pesquisas as desconhecem. A A. apresenta rápido elenco histórico dos movimentos sociais no campo, começando com os de libertação de escravos no século XVII até os movimentos recentes. Há situações em que a luta pela sobrevivência, que os movimentos sociais rurais assumem, se articula com a necessidade da preservação do meio ambiente e surge então a possibilidade histórica de "ecologização destes movimen-

tos". A A. termina o capítulo mostrando as articulações entre os movimentos sociais rurais e os movimentos ecologistas.

No último capítulo, examinam-se o modo como a sociedade civil se organiza no contexto de crise do desenvolvimento na América Latina e as perspectivas que se abrem nessa década de 90 para os movimentos sociais a partir de três fatos: a sociedade atomizada, as condutas de crise, os movimentos sociais e as condutas defensivas nos setores populares. Fatos entre si relacionados. Terminam-se apontando as características das redes de movimentos: busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais, transnacionalidade, pluralismo organizacional e ideológico, mas dentro de uma aceitação de princípios éticos mínimos comuns — ex.: combate à miséria, à exploração, à discriminação, à segregação, à degradação ambiental, ao autoritarismo, à violência, etc —, atuação no campo cultural da criação de um sistema de valores, máxime em relação à liberdade e à sobrevivência, na política.

Livro relativamente pequeno, mas extremamente iluminador. Análises breves, sérias, bem fundadas. Permite situar o leitor, mesmo menos afeito à temática, diante dos novos movimentos sociais. Vale a pena lê-lo.

J. B. Libanio

---

GOMES, Enoque (org.): *Violência. A crise social e os riscos para a estabilidade*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1993. 104 pp., 22 x 15,5cm; GOMES, Enoque..., et al., *Crise e reestruturação do Estado no Brasil*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1993. 94 pp., 22 x 15,5cm; GOMES, Enoque, *Crise econômica x Crise de cidadania no Brasil*. Alternativas de desenvolvimento para a era pós-Collor. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993. 56 pp., 22 x 15,5cm.

O professor e economista Enoque Gomes, formado também pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, vem publicando uma série de trabalhos pela Universidade Federal de Pernambuco, que ora apresentamos ao leitor. A temática gira em torno de problemas sociais, levando em consideração a dimensão ética. Os textos tentam articular análises críticas da realidade social, valores éticos inegociáveis e projetos de saída.

No livro sobre a violência, inicia-se com ampla visão da violência e suas causas (E. Gomes), traçam-se uma tipologia da mesma, seus aspectos no Brasil, causas e possíveis soluções (Cláudio de Albuquerque), estuda-se o poder da mídia e suas implicações sobre a democracia e sociedade com toques althusserianos na compreensão da mídia (Washington L. M. da Silva), discute-se a questão da pena de morte numa perspectiva jurídica e ética (Hélio Campos e Inácio Strieder), analisam-se os prejuízos sócio-econômicos da violência, corrupção e impunidade (E. Gomes) para concluir-se com alternativas à marginalidade na linha das empresas assumirem a educação de menores carentes e de algumas iniciativas do Estado (N. Cavalcanti). Os autores pretendem mostrar a vinculação entre violência, corrupção, impunidade no Brasil atual e a recessão, degradação da qualidade de vida e do meio ambiente, com riscos para a estabilidade social e para o desenvolvimento sustentado do país. Todo este quadro revela uma interligação entre os diversos fenômenos.

O segundo livro, dedicado à crise e reestruturação do Estado, situa-se em oposição a uma tendência forte hoje do desmonte e desestruturação do Estado no bojo do movimento neoliberal, defendendo a democra-

tização e reestruturação do Estado. Para isso, cabe superar a crise financeira que arruína o setor público do país e fazer o estado retomar seu papel de articulador e coordenador de um projeto de desenvolvimento nacional.

A primeira reflexão versa sobre o imaginário desenvolvimentista no Brasil em desarticulação devido ao esgotamento de seus pressupostos básicos (Paulo H. N. Martins). Fato que tem deixado rastro de destruição e expectativa de caos. Por falta de outra expressão, o A. chama esta situação de "crise do desenvolvimento". Esta está relacionada com o debate entre os economistas ortodoxos e heterodoxos nos anos 80. Por sua vez, este debate propiciara a implementação do Plano Cruzado em 1986, cujo fracasso assinala simbólica e historicamente o fim do Estado desenvolvimentista. Seguiu-se um profundo mal-estar popular diante das instituições governamentais. O Estado passou de herói para vilão. O A. apresenta uma penetrante crítica ao Plano Cruzado e termina propondo um projeto de autonomia social num contexto do pós-desenvolvimentismo e duma melhor articulação entre Economia e Sociedade.

Em seguida, dedicam-se dois trabalhos ao setor público. Num primeiro (Tânia B. de Araújo), analisa-se a sua crise devido sobretudo a um endividamento crescente e sua estatização. Tal fato produz impactos na distribuição da renda, no ambiente hiperinflacionário, no condicionamento dos rumos da privatização, nas dificuldades para retomar os investimentos. Impõe-se o desafio do saneamento das finanças públicas, do problema da dívida externa, da dívida do setor produtivo estatal, etc.

Em outra perspectiva, os As. (Francisco Cunha e Ricardo de Almeida) caracterizam esta crise

como "perda do paradigma organizacional" no sentido de que a instituição pública parece ter perdido a sintonia com a sociedade. Apontam uma solução na linha duma visão horizontal da sociedade em que se privilegiam a estratégia, os resultados, a gestão e não a especialização, a divisão, a desintegração juntamente com um corporativismo deletério, arvorado em único princípio de integração. De modo concreto, os As. indicam a solução propugnada por B. Kliksberg quando sugere como ponto de partida "a idéia de que não é possível mudar o conjunto do aparelho administrativo...mas tem(-se) de escolher gargalos altamente estratégicos, importantes, claramente delimitados e neles se concentrar...E depois ir(-se) avançando em direção a outras metas".

Encerra o livro uma consideração da crise do estado e da crise econômica na perspectiva da mesalocação de recursos longos (E. Gomes). Este autor tenta evitar os extremos da onipresença e da ausência do Estado como equivocados. Trata-se de uma reestruturação do Estado que reúna todas as forças vivas da sociedade para novo ciclo de desenvolvimento. O A. tenta explicar a crise econômica atual pela mesalocação de recursos longos. Entende por mesalocação, conceito de R. Lantner, uma escolha de alocação de recursos longos, utilizando-se de uma certa lógica de

otimização ou de racionalização, que põe em grande risco a eficácia econômica e social a médio e longo prazo. O referencial/padrão para a avaliação é o "ótimo social". Há mesalocação quando se afasta deste "ótimo social". Para o planejamento de longo prazo, percebe-se cada vez mais a importância do fator "informação". E, finalmente, vê-se que as saídas e tendências atuais da economia mundial vão na linha da nova dinâmica tecnológica e industrial, onde o fator "ciência" é decisivo, e da dinâmica de criação de grandes blocos econômicos e duma nova dinâmica empresarial.

O terceiro livro, de autoria exclusiva de E. Gomes, é dedicado à dupla crise econômica e de cidadania no Brasil em busca de alternativas de desenvolvimento depois do interregno de F. Collor. O A. procura explicar as razões fundamentais da atual crise sócio-econômica e ética na política brasileira.

Estes três pequenos livros, despretensiosos, são, porém, muito esclarecedores da atual situação de crise do Brasil. Intentam detectar as causas, quer recorrendo à história, quer analisando os fatores que atualmente estão em jogo. Em vários momentos apontam saídas que sejam viáveis para o Brasil. Vale a pena lê-los e discuti-los.

J. B. Libanio

---

LUTTE, Gérard, *Liberar la adolescencia*. La psicología de los jóvenes de hoy. Tradução (do francês) Luis Medrano. Barcelona, Herder, 1991, 400 pp., 21,5 x 14 cm. ISBN 84-254-1745-7.

---

O livro foi publicado em francês, apesar de o A. ser professor de psicologia juvenil na Universidade de Roma e dedicar-se há mais de três

décadas ao estudo teórico da adolescência ao lado de atividades práticas junto a jovens marginalizados da periferia de Roma. Tem competência

também em movimentos internacionais de juventude e tem publicado larga obra sobre tal tema.

Na introdução corita como na sua docência conjuga a parte teórica e relatos dos jovens sobre suas experiências. A comparação das teorias com as experiências serve para testá-las e também medir o grau de ajuda que elas podem oferecer aos envolvidos na prática docente.

Logo no início da obra adverte o leitor de que usará o termo adolescência e juventude sem estabelecer entre eles algum corte de natureza psicológica ou social, já que considera precárias e esfumadas as distinções entre ambos termos.

É uma obra muito completa, rica em elementos bibliográficos teóricos e em relatos biográficos de experiência. Inicia-se com rápida história da adolescência na Roma antiga, na época industrial na Europa e nos EE. UU, nas sociedades industriais, nas sociedades antigas e na sociedade contemporânea sob o aspecto político e ideológico. Leitura sugestiva e provocante, em que se mostra como a adolescência e a delinquência juvenil são criadas ao mesmo tempo pelas classes burguesas dominantes nas sociedades industriais a fim de manterem sua dominação. No entanto, também em algumas sociedades primitivas existiu e existe a adolescência na mesma condição de marginalização sócio-econômica. A adolescência não é, em primeiro lugar, um curso natural da existência, mas sim uma construção social que aparece e se desenvolve nas sociedades em que uma minoria de privilegiados se apossa do poder e da riqueza às custas de outros grupos sociais. A adolescência apresenta-se como uma condição de marginalização e de subordinação, ligadas à idade.

Em capítulo seguinte, o A. estuda a adolescência na história da psicologia. Fá-lo na mesma perspectiva e de maneira crítica e sugestiva. Chega à conclusão de que a psicologia científica nos países industriais ocidentais nasceu e desenvolveu-se como resposta à necessidade de controle social não-violento sobre os grupos marginalizados. Usou-se a psicologia para justificar a subordinação e marginalização dos jovens. Entretanto a história mostra também numerosas tentativas de psicologia emancipadora, unida freqüentemente a movimentos de libertação. Hoje há psicólogos que estão atentos à ideologia que anima sua prática científica e buscam fazer dela um instrumento de libertação. Distingue três tipos de orientação no conjunto das teorias psicológicas: uma orientação biológica que considera a adolescência como uma fase natural e universal do desenvolvimento humano, uma orientação cultural que a interpreta como uma invenção necessária para o pleno desenvolvimento da personalidade e da sobrevivência de sociedades evoluídas e uma orientação histórica e cultural que a analisa como período de marginalização e subordinação que deriva de estruturas sócio-econômicas, baseadas no lucro e poder de minorias privilegiadas. Termina esboçando sua posição pessoal sobre a questão do amadurecimento do jovem que acontece melhor e mais depressa quando ele assume responsabilidades na sociedade e não vive uma fase de moratória social.

De caráter mais técnico, um capítulo se concentra nos problemas de método na investigação sobre a adolescência, onde se salientam a complexidade, a falta de homogeneidade de métodos usados na psicologia do adolescente, precisamente porque se trata de um sujeito — o adolescente

— inserido em situações diversificadas e com quem o pesquisador estabelece relações subjetivas, além de ter seus interesses ideológicos nas pesquisas.

O tema propriamente dito começa com um estudo sobre a vivência da puberdade nos aspectos de mudanças somáticas, de reorganização da personalidade, no desenvolvimento sexual e na realização da identidade sexual, na reelaboração da imagem corporal do rapaz e da jovem, na ansiedade própria desta fase, no confronto com defeitos e anomalias somáticas, na experiência de crescimento precoce ou retardado e finalmente no contexto cultural e social. Não falta no final um toque bem crítico-social, ao referir-se aos púberes do 3º Mundo, cujo desenvolvimento fica comprometido pela desnutrição e fome, enquanto os privilégios dos jovens ocidentais se apoiam, ao menos em parte, sobre a exploração dos jovens do 3º Mundo.

O capítulo sobre o desenvolvimento cognoscitivo se estrutura em confronto com a teoria de Piaget, em primeiro lugar expondo-a breve e claramente, para, em seguida, submetê-la a um juízo crítico. Como para Piaget, o pensamento que caracteriza o adolescente é o formal, levanta-se a dúvida se se trata de um tipo de pensamento que todos os adolescentes conseguem construir ou é próprio de um contexto sócio-cultural. A crítica do A. vai na direção de chamar a atenção sobre o fato demasiadamente esquecido por Piaget de que o conhecimento é um processo não somente individual mas também social, porque se realiza num contexto de relações e de colaborações com os outros. Além disso, os esquemas da evolução cognoscitiva são provavelmente muito mais complexos que os propostos por Piaget.

A respeito do conhecimento moral, debate as posições, mais uma vez de Piaget e de Kohlberg. Estuda também as teorias que tratam do conhecimento de si, da teoria de Erikson sobre a identidade, dos modelos de comportamento. Ao tratar da identidade, estabelece sugestiva tipologia de emigrados em relação à construção de sua identidade. Aborda rapidamente a questão dos testes de inteligência, onde denuncia, em muitos casos, o forte colorido ideológico na sua avaliação. Enfim, trata da influência das mudanças cognoscitivas sobre a reestruturação da personalidade. É admirável como o A. expõe com clareza e concisão as diferentes posições dos psicólogos com as respectivas críticas que se lhes fazem. E, por sua parte, pontualiza com extrema lucidez as questões, indicando seu ponto de vista. Termina o capítulo sobre o desenvolvimento cognoscitivo afirmando taxativamente que os adolescentes sob ponto de vista cognoscitivo já são adultos, mas adultos que não têm o direito de atuar como tais. Adultos marginalizados.

Outro bloco do livro estuda três instituições fundamentais para a vida do adolescente: família, escola e trabalho, fazendo preceder breve exposição sobre as representações sociais que se fazem do adolescente segmentos influentes da sociedade e sobre alguns elementos da legislação sobre os adolescentes. A conclusão a que chega o A. é de que tanto as representações como a legislação refletem uma sociedade ideologicamente preconceituosa e dominadora a respeito dos adolescentes.

Ao tratar da família, dá especial importância à questão da emancipação do adolescente em relação aos pais, apontando alguns caminhos para sua realização. Estuda também

os conflitos entre pais e adolescentes, em seus diversos aspectos: violência, crises dos próprios pais, os papéis do pai e da mãe, a condição de filho ou filha. Abrindo mais o horizonte, trabalha a influência da cultura, da situação do adolescente — trabalhador, desempregado, estudante —, de condições especiais de ser defeituoso. A problemática depende muito da diversidade do tipo de família. Termina o capítulo, descrevendo projetos de vida de família que os adolescentes se fazem e descrevendo, em tom quase idílico, a experiência do movimento italiano Capodarco de nova vivência familiar, onde jovens marginalizados são integrados.

A escola como o trabalho é analisada em perspectiva crítico-político em relação ao sistema dominante. Cumpre a paradoxal função de reprodutora do sistema na sua diferença de classes sociais, de sexo, de um lado, e, do outro, de poder ajudar alguns jovens a fazerem-se autônomos.

No estudo da influência do trabalho e do desemprego sobre os adolescentes na atual sociedade capitalista, o A. conjuga magistralmente elementos de caráter psico-individual e sócio-político de modo que a questão é vista em horizonte mais abrangente.

Em seguida, o A. estuda o desenvolvimento religioso do adolescente. Nesta idade ele pode efetuar uma escolha religiosa pessoal. O A. investiga a representação de Deus que os adolescentes se fazem, algumas experiências religiosas grupais — grupos carismáticos, comunidades de base, seitas religiosas. Prossegue com rápido estudo sobre o ateísmo dos jovens e termina com breves considerações sobre a influência da reli-

gião sobre o desenvolvimento dos jovens. São análises objetivas, com bom nível de informação. Como são muito sintéticas, podem, às vezes, dar a impressão de simplificação apresada, ainda que o A. sempre faz questão de recordar a complexidade das questões tratadas.

Breve capítulo aborda a questão da delinquência e da droga. O A. insiste no caráter precário, fragmentário e prejudicado pelo preconceitos de classe das pesquisas neste campo. A questão da delinquência juvenil é muito mais uma “construção social” para controlar melhor os jovens e revelam as dificuldades de relação entre os jovens e a sociedade, as instituições e os adultos.

Três capítulos cobrem o mundo da relação dos adolescentes nos grupos de sua idade, na amizade e no amor. Quanto aos grupos, valoriza-os muito como a “principal instituição de formação dos adolescentes em nossa cultura” (Ausubel). Embora os limites entre a amizade e o amor não sejam bem definidos, o A. prefere tratar os temas em capítulos diferentes. Fá-lo de maneira muito rica e matizada. Encerra os capítulos sobre ambos temas, relacionando-os com a sociedade, superando assim uma leitura estritamente intersubjetiva. O capítulo sobre o amor é uma obra-prima. Elabora a bibliografia conhecida e trabalha muito os relatos autobiográficos sobre a experiência do amor na adolescência.

Depois de um capítulo sobre o desenvolvimento sexual na adolescência, termina o livro com dois amplos capítulos sobre o tempo livre e a ação política nesse momento da vida. No capítulo sobre o tempo livre tem uma página de análise do rock que é magistral. Sobre a atividade política, o A. tem páginas su-

gestivas sobre a socialização política do adolescente, sua participação/militância em movimentos de jovens e políticos, violentos ou não, terminando com o asserto de que o futuro do adolescente de hoje está sobretudo em suas próprias mãos.

Livro realmente excelente. Pode tornar-se instrumental único para o trabalho com adolescentes. Recomendando-o muito a todos que, de certa maneira, têm contactos formativos com adolescentes: pais, mestres, agentes de pastoral, educadores, etc. É dos melhores livros que conheço nessa área, devido a suas qualidades:

sintético, claro, completo, sério, objetivo, etc. Certas páginas poderiam ser transformadas em dinâmicas, devolvidas aos jovens, discutidas com eles e certamente teriam efeito conscientizador crítico excelente. O A. consegue articular profundo e enorme conhecimento de psicologia juvenil, acesso a inúmeros relatos biográficos, dos quais faz análises extremamente lúcidas com uma visão social, política, humanista ampla, crítica e libertadora. O título do livro não é simples apelo comercial. Reflete a verdadeira ótica de todo livro. Vale a pena conferir!

J. B. Libanio

---

AQUINO, María Pilar, *Nuestro clamor por la vida. Teología latinoamericana desde la perspectiva de la Mujer*. San José: DEI, 1992. 248 pp., 21 x 13,2 cm. Coleção: mujer latinoamericana. ISBN 9977-83-057-6

---

Tem sido um fato nos últimos anos a pergunta pelo papel da Mulher na história latinoamericana. Na história da Igreja e na teologia essa pergunta chama a atenção de maneira especial pela irrupção da Mulher como sujeito ativo nessa história e nessa tarefa teológica da Igreja na participação dos movimentos populares e especialmente nas Comunidades Eclesiais de Base.

Na base dessa participação, proveniente da própria experiência de fé da Mulher latinoamericana, María Pilar fundamenta seu trabalho de forma crítica e original.

O trabalho está dividido em três partes e cada parte em capítulos. A primeira parte contém cinco capítulos e exprime a gênese histórica e eclesial da teologia elaborada pelas mulheres. É uma exposição dos grandes eixos, desde o ponto de vista da teologia da libertação que permite

uma maior compreensão dessa tarefa teológica. Nesta parte destacam-se os traços próprios da teologia elaborada pelas mulheres latinoamericanas perante outras tarefas teológicas. Um traço próprio é, por exemplo, a ampliação do seu campo analítico e hermenêutico.

Nos documentos de "Medellín" e "Puebla" e alguns congressos da Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo (ASETT), assim como também as contribuições que outros teólogos têm feito ao tema, nos quais exprimem o significado que têm a libertação, a Mulher ocupa um lugar importante. A aproximação a esse lugar se dá na segunda parte do trabalho.

A terceira parte a própria María Pilar a considera a mais ampla e significativa. Atinge as características metodológicas e os conteúdos específicos da teologia feita pelas mulhe-

res na sua condição de sujeito de reflexão. Trata-se do discurso das mulheres com relação a sua experiência de fé e suas implicações para o futuro da Teologia, da releitura da Bíblia, da Igreja e da Sociedade.

Especifica os pressupostos dessa teologia, os sistemas categoriais, os núcleos fundamentais e a unidade interna das suas contribuições nos diversos campos da reflexão sistemática para os quais chama a nossa atenção. Finalmente, destaca alguns enunciados e alguns elementos relevantes para o futuro da teologia da libertação desde a perspectiva da Mulher.

Quero chamar a atenção, porque a meu ver é de muita importância, para o interesse que María Pilar manifesta ao diálogo entre homens e mulheres. Na verdade favorece os laços de solidariedade, de amizade e

mútuo enriquecimento na discussão do tema e, em definitiva, na nossa caminhada para o novo céu e nova terra.

O trabalho é um verdadeiro clamor que identifica a condição da Mulher latinoamericana e a preocupação de muitas delas por deixar de ser uma sombra na vida e na prática da fé da Igreja e no processo social no qual caminham. Representa uma crítica e um apelo aos fundamentos de uma ordem sócio-religiosa que subordina as mulheres e as mantém numa condição comum de opressão e desigualdade. Emfim, o trabalho é um aporte original ao reconhecimento das experiências, das estruturas teóricas e do itinerário que caracteriza o pensar teológico da Mulher na América Latina.

*Jesús de León.*